

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

		Dezembro 2020	Dezembro 2019			Dezembro 2020	Dezembro 2019
Ativo	Nota			Passivo	Nota		
Circulante		90.754.796	41.403.938	Circulante		78.187.907	32.610.739
Caixa e equivalentes de caixa	5	58.171.207	31.269.824	Depósitos e demais instrumentos financeiros		67.410.174	30.104.990
Disponibilidades		36.185	40.031	Depósitos	14a	7.476.985	3.543.502
Aplicações interfinanceiras de liquidez		58.135.022	31.229.793	Captações no mercado aberto	14b	5.264.526	7.536.901
Instrumentos financeiros		31.098.028	9.366.580	Instrumentos financeiros derivativos	7	3.078.622	1.004.099
Títulos e valores mobiliários	6	23.538.598	3.873.589	Obrigações por empréstimos no exterior	15	48.011.214	15.328.827
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.654.789	674.710	Carteira de câmbio	9	3.578.827	2.691.661
Operações de crédito	8	1.333.992	779.748	Obrigações fiscais correntes	11a	337.433	271.997
Carteira de câmbio	9	4.570.649	4.038.533	Outros passivos	10	10.440.300	2.233.752
Provisões para perdas esperadas	8	(9.321)	(5.437)	Não Circulante		13.636.318	7.631.899
Operações de crédito		(3.464)	(1.159)	Depósitos e demais instrumentos financeiros		12.574.717	6.714.186
Outros créditos		(5.857)	(4.278)	Depósitos	14a	4.559.739	2.607.225
Ativos fiscais correntes	11a	2.173	11.585	Captações no mercado aberto	14b	225.044	361.764
Outros ativos	10	1.492.709	761.386	Instrumentos financeiros derivativos	7	7.789.934	3.745.197
Realizado a longo prazo		7.020.249	4.325.128	Obrigações fiscais diferidas	11b	241.267	125.276
Instrumentos financeiros		6.930.232	4.231.130	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	16	608.395	599.499
Títulos e valores mobiliários	6	-	759.582	Outros passivos	10	211.939	192.938
Instrumentos financeiros derivativos	7	3.962.170	1.594.151	Resultados de exercícios futuros		1.902	1.741
Operações de crédito	8	1.051.350	611.295	Patrimônio líquido	17	5.948.918	5.484.687
Carteira de câmbio	9	475.652	-	Capital social		2.810.981	2.683.481
Provisões para perdas esperadas	8	(158.916)	(12.997)	Aumento de capital		63.750	127.500
Operações de crédito		(147.199)	(3.232)	Reservas de capital		47.996	46.642
Outros créditos		(11.717)	(9.765)	Reservas de lucros		2.599.603	2.207.256
Ativos fiscais correntes	11a	9.300	6.523	Outros resultados abrangentes		(2.736)	50
Ativos fiscais diferidos	11b	775.323	476.327	Ações em tesouraria		(4.940)	(4.940)
Outros ativos	10	815.353	796.249	Participação de não controladores		434.264	424.698
Investimentos		4.622	3.268				
Outros investimentos		4.992	3.638				
(-) Provisão para perdas		(370)	(370)				
Imobilizado	12	82.895	85.003				
Imóveis e outras imobilizações de uso		179.169	175.965				
(-) Depreciações acumuladas		(96.274)	(90.962)				
Intangível	13	2.500	5.727				
Outros ativos intangíveis		2.500	25.092				
(-) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos intangíveis		-	(19.365)				
Total do ativo		97.775.045	45.729.066	Total do passivo e patrimônio líquido		97.775.045	45.729.066

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Julho-Dezembro 2020	Janeiro-Dezembro 2020	Janeiro-Dezembro 2019
Receitas da intermediação financeira	Nota	(1.904.419)	(2.484.419)	2.667.091
Operações de crédito		43.650	104.827	87.163
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		(356.827)	(1.939.681)	1.906.419
Resultado de operações de câmbio		(1.590.968)	(503.612)	679.074
Reversão/(Provisão) para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	8e	(274)	(145.953)	(8.511)
Resultado de aplicações compulsórias		-	-	2.946
Despesas da intermediação financeira		2.581.888	3.600.714	(1.538.226)
Operações de captações no mercado		(238.349)	(514.127)	(952.231)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7f	1.101.993	9.581.850	(86.483)
Operações de empréstimos e repasses		1.718.244	(5.467.009)	(499.512)
Resultado bruto da intermediação financeira		677.469	1.116.295	1.128.865
Outras receitas (despesas) operacionais		(27.382)	(307.197)	(167.511)
Receitas de prestação de serviços	20c	603.704	1.001.987	983.046
Despesas de pessoal		(375.210)	(785.489)	(683.121)
Despesas com a Diretoria		(17.261)	(57.249)	(81.012)
Outras despesas administrativas	20d	(155.699)	(288.263)	(249.679)
Despesas tributárias		(72.499)	(187.575)	(145.484)
(Despesas)/reversões de provisões para contingências	20e	(6.832)	(13.745)	(14.509)
Outros resultados operacionais	20f	(3.585)	23.137	23.248
Resultado operacional		650.087	809.098	961.354
Resultado não operacional		(1.254)	(1.256)	(202)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		648.833	807.842	961.152
Imposto de renda e contribuição social	11c	(238.683)	(309.103)	(305.423)
Provisão para imposto de renda		(95.690)	(298.844)	(193.592)
Provisão para contribuição social		(69.968)	(190.984)	(113.539)
Ativo/(Passivo) fiscal diferido		(73.025)	180.725	1.708
Participações no lucro	20g	(10.221)	(21.826)	(21.666)
Lucro líquido do período		399.929	476.913	634.063
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	2c	397.080	467.347	619.533
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	2c	2.849	9.566	14.530

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido			
	Capital social	Aumento de capital	Subvenções para investimentos	Outras reservas	Legal	Estututária			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Ações em tesouraria
Em 31 de dezembro de 2018	2.453.981	229.500	24.939	17.638	211.466	1.526.257	(7.325)	(4.940)	4.451.516	410.168	4.861.684
Aumento de capital	229.500	(102.000)	-	-	-	-	-	-	127.500	-	127.500
Pagamento baseado em ações	19b	-	-	3.007	-	-	-	-	3.007	-	3.007
Juros sobre capital próprio	17	-	-	-	-	-	-	-	(150.000)	-	(150.000)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	1.058	-	7.375	619.533	-	627.966	14.530	642.496
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	619.533	-	619.533	14.530	634.063
Outros resultados abrangentes	-	-	-	1.058	-	7.375	-	-	8.433	-	8.433
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	17	-	-	-	30.939	-	(30.939)	-	-	-	-
Reserva estatutária	17	-	-	-	-	438.594	(438.594)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	2.683.481	127.500	24.939	21.703	242.405	1.964.851	50	(4.940)	5.059.989	424.698	5.484.687
Aumento de capital	127.500	(63.750)	-	-	-	-	-	-	63.750	-	63.750
Juros sobre capital próprio	17	-	-	-	-	-	-	-	(75.000)	-	(75.000)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	1.354	-	(2.786)	467.347	-	465.915	9.566	475.481
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	467.347	-	467.347	9.566	476.913
Outros resultados abrangentes	-	-	-	1.354	-	(2.786)	-	-	(1.432)	-	(1.432)
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	17	-	-	-	23.330	-	(23.330)	-	-	-	-
Reserva estatutária	17	-	-	-	-	369.017	(369.017)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	2.810.981	63.750	24.939	23.057	265.735	2.333.868	(2.736)	(4.940)	5.514.654	434.264	5.948.918
Em 30 de junho de 2020	2.810.981	-	24.939	23.057	245.900	1.964.851	(8.250)	(4.940)	5.123.310	431.415	5.554.725
Aumento de capital	63.750	-	-	-	-	-	-	-	63.750	-	63.750
Juros sobre capital próprio	17	-	-	-	-	-	-	-	(75.000)	-	(75.000)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	5.514	397.080	-	402.594	2.849	405.443
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	397.080	-	397.080	2.849	399.929
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	5.514	-	-	5.514	-	5.514
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	17	-	-	-	19.835	-	(19.835)	-	-	-	-
Reserva estatutária	17	-	-	-	-	369.017	(369.017)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	2.810.981	63.750	24.939	23.057	265.735	2.333.868	(2.736)	(4.940)	5.514.654	434.264	5.948.918

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: Estas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial ("Conglomerado") têm por objetivo atender aos requisitos do Banco Central do Brasil ("BACEN") divulgados através da Resolução nº 4.280. O Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco" ou "Instituição") é a instituição líder do Conglomerado perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações e localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. O Banco está autorizado a operar como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e câmbio. As operações das entidades do Conglomerado são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis consolidadas do JP Morgan Chase – Conglomerado Prudencial foram aprovadas pela Administração em 23 de março de 2021.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

(a) Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280 e Circular 3.701 do BACEN, bem como a Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução nº 2 do BACEN que estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, vigentes a partir de janeiro de 2021, sendo aplicáveis na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020. Com a finalidade de apresentar as demonstrações contábeis em bases comparáveis, foram reclassificadas as contas patrimoniais e de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme a seguinte tabela:

Balanço patrimonial		
Nomenclatura anterior	Nomenclatura atual	Dezembro 2019
Depósitos no Banco Central	Outros ativos	4.372
Rendas a receber	Outros ativos	108.397
Negociação e intermediação de valores	Outros ativos	523.521
Despesas antecipadas	Outros ativos	2.821
Diversos	Outros ativos	918.524
	Ativos fiscais correntes	18.108
	Ativos fiscais diferidos	476.327
Imóveis de uso	Imóveis e outras imobilizações de uso	53.461
Outras imobilizações de uso		122.504
Recursos em trânsito de terceiros	Outros passivos	74.885
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	Outros passivos	12.210
Sociais e estatutárias	Outros passivos	21.487
Fiscais e previdenciárias	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	492.601
	Obrigações fiscais correntes	271.997
	Obrigações fiscais diferidas	125.276
Negociação e intermediação de valores	Outros passivos	1.863.511
Diversas	Outros passivos	454.597
	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	106.898
Demonstração do resultado		
Nomenclatura anterior	Nomenclatura atual	Dezembro 2019
Despesas de pessoal	Despesas de pessoal	(683.121)
	Despesas com a diretoria	(81.012)
Outras receitas operacionais	Outros resultados operacionais	23.248
Outras despesas operacionais	(Despesas) / reversões de provisões para contingências	14.509

As definições e os critérios de avaliação e reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas são aqueles previstos na regulamentação consubstanciada no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas

na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. O JP Morgan Chase – Conglomerado Prudencial elabora suas demonstrações contábeis consolidadas e as disponibiliza em seu site (

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2020: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre prejuízo fiscal e ajustes temporários a serem realizados; (ii) para as instituições financeiras não bancárias, o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15%; e (iii) para as instituições financeiras bancárias, o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 20% sobre base negativa e ajustes temporários a serem realizados.

(h) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez e prazo original de vencimento em até 3 meses.

(i) **Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Conglomerado registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, o Conglomerado registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital do Conglomerado.

(j) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Considerando o disposto na Resolução nº 4.706 do CMN, os Juros sobre Capital Próprio e os Dividendos pagos devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, registrados em conta específica no Patrimônio Líquido. Os valores de Juros sobre Capital Próprio recebidos de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial são reconhecidos em contrapartida a respectiva conta de investimento. No exercício de 2020 também foram consideradas as disposições da Resolução nº 4.820 do CMN para fins da definição dos valores de juros sobre capital próprio.

4. Gerenciamento de riscos e de capital: O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes.

(a) **Risco de mercado:** É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Conglomerado. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, renda variável e de preços de mercadorias (*commodities*). O estabelecimento de funções segregadas entre as áreas de negócio (tomadoras de risco) e a área de risco de mercado (encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos) proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de riscos. Os limites estabelecidos têm como objetivo assegurar o alinhamento das exposições a risco de mercado com o apetite ao risco do Conglomerado. As operações realizadas restringem-se a mercados e produtos autorizados para os quais é realizada identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle.

(b) **Risco operacional:** É o risco associado a processos internos falhos ou inadequados, falhas humanas ou de sistemas, ou eventos externos. Risco operacional inclui o risco de segurança cibernética, continuidade de negócios ou tecnologia, risco de fraudes em pagamentos e terceirização de atividades. O risco operacional é inerente às atividades do Conglomerado e pode manifestar-se de várias formas incluindo atos fraudulentos, interrupção de negócios, comportamento inadequado de colaboradores, falha no cumprimento de leis e regulamentos, ou falha na prestação de serviços por parte de terceiros contratados. Estes eventos podem resultar em perdas financeiras, litígios, multas regulatórias ou outras penalidades. Para monitorar e controlar os riscos operacionais, o Conglomerado possui um arcabouço de gestão de risco, definido de forma a promover um ambiente efetivo para o controle de riscos. Os componentes principais deste arcabouço são: monitoramento e comunicação, identificação e avaliação, medição e governança. A área de gestão de risco é responsável por prescrever o arcabouço acima mencionado além de prover uma supervisão independente, enquanto as linhas de negócio e as funções corporativas são as áreas responsáveis pela implementação. O Conglomerado mantém uma supervisão da execução das políticas, práticas e governança de risco operacional. A gestão deste risco é voltada para reduzir as perdas operacionais através de controles que incluem ferramentas específicas utilizadas em todo o Conglomerado e alinhadas com a matriz. Estas ferramentas incluem análise de perdas operacionais e eventos de risco, suas causas, planos de ação, métricas de controle entre outros. Os comitês de governança são definidos e estruturados de forma a dar transparência à informação e permitir escalar eventos significativos, riscos emergentes e garantir a solução dos problemas relacionados aos riscos operacionais identificados.

(c) **Risco de liquidez:** É definido como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O grupo responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez utiliza mecanismos que incluem a projeção do fluxo de caixa futuro e a manutenção de indicador mínimo aplicado aos ativos de alta liquidez do Conglomerado.

(d) **Risco de crédito:** É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte. As principais atribuições da área de crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (*rating*), aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes, monitoramento e gerenciamento da respectiva utilização dos limites, e implementação de ações de adequação dos riscos frente a potencial deterioração do crédito. O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos.

(e) **Gerenciamento de capital:** É definido em atendimento à Resolução nº 4.557 do CMN como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, assegurando nível adequado de capitalização em conformidade com as diretrizes e limites regulatórios, e permitindo prospectivamente ao Conglomerado implementar suas estratégias de negócios. Tais objetivos estão descritos na Política de Gerenciamento de Capital, que também define a governança a ser seguida no gerenciamento e os procedimentos a serem realizados no monitoramento e elaboração dos relatórios regulatórios relacionados ao gerenciamento de capital. A Diretoria aprova a Política de Gerenciamento de Capital, o Plano de Contingência, o Plano de Capital e o parâmetro de Apetite a Risco pelo menos uma vez ao ano. O processo de gestão de capital é revisado pela Auditoria Interna periodicamente. O Conglomerado está classificado como Segmento 3 conforme Resolução nº 4.553 do CMN e durante o período não houve qualquer descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor. Seguem abaixo os números:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Patrimônio de referência (PR) (Nível 1)	5.833.266	5.433.264
Risco de crédito	14.464.562	11.095.870
Risco de mercado	19.891.842	14.018.135
Risco operacional	3.388.281	2.977.509
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	37.744.685	28.091.514
Índice de Basileia (IB)	15,45%	19,34%
PR mínimo exigido para RWA	3.019.575	2.247.321
Adicional de capital principal	471.808	702.288
Risco da carteira <i>banking</i>	587.242	52.345
Total de capital requerido	4.078.625	3.001.954
Margem sobre o capital requerido	1.754.641	2.431.310

As principais alterações regulatórias incorridas no período foram: (i) alteração no Adicional de Capital Principal de Conservação de 2,5% para 1,25% em função da COVID-19; (ii) alteração na metodologia de cálculo da exposição cambial (RWAcam) que compõe o risco de mercado e (iii) alteração na metodologia de cálculo do risco da carteira *banking* da RBAN para o IRRBB. Para outras informações consulte o Relatório de Gerenciamento de Risco e Capital (Pilar III) no site <https://www.jp.org.com.br/pt/disclosures>.

(f) **Análise de Sensibilidade:** De acordo com a Resolução nº 2 do BACEN apresentamos a seguir a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, onde se concentram os riscos relevantes das instituições do Conglomerado. A análise de sensibilidade é realizada na visão do Conglomerado JP Morgan e executada no escopo da Gerência de Risco de Mercado, que é responsável por monitorar e reportar diariamente as utilizações de limites, revisar a política pelo menos anualmente, garantir que a infraestrutura dos sistemas de risco de mercado seja adequada, informar diariamente as posições de risco para a alta administração, incluindo os supervisores das Unidades de Negócios, *Traders* e Diretor Estatutário de Riscos das Entidades (*Chief Risk Officer*, CRO). O gerenciamento, monitoramento e controle de risco de mercado é feito diariamente através de três tipos de medidas: estatísticas, não-estatísticas e simulações de estresse.

a) Medidas estatísticas são representadas pelo *Value at Risk* (VaR): É uma medida estatística que estima a perda potencial decorrente de movimentos adversos em condições normais de mercado. Calculado utilizando simulação histórica a 1 ano de série histórica, horizonte de 1 dia e nível de confiança de 95%.

b) As medidas não-estatísticas são utilizadas com o intuito de limitar o tamanho absoluto das posições em aberto. As principais medidas não estatísticas são:

- Valor de mercado;
- *Basis Point Value* (BPVs): Variação do valor de mercado decorrente de um aumento de um ponto-base (+0,01%) nas taxas de juros;
- *Delta*: sensibilidade de primeira ordem em relação ao ativo subjacente; - *Gamma*: sensibilidade de segunda ordem em relação ao ativo subjacente;
- *Vega*: sensibilidade de primeira ordem em relação à volatilidade implícita; - *Rho*: equivalente ao BPV, sensibilidade de primeira ordem à Taxa de Juros.

c) Teste de estresse, que também é uma medida não-estatística, visa capturar eventos de mercado atípicos, porém plausíveis e medir as perdas e ganhos potenciais.

Os cenários buscam definir e antecipar eventos futuros em vez de replicar crises passadas. Projetados de forma que cada cenário seja impulsionado por um grande movimento em pelo menos uma classe de ativos (epicentro econômico) e contágio nas classes remanescentes (i.e., câmbio, taxas de juros, preços de ações e *commodities*). Estrutura de Limites - Os limites são estabelecidos pela área de riscos de mercado e pelos diretores das unidades de negócios. Os outorgantes decidiram estabelecer limites de VaR, *Estresse*, "*Stop-Loss*" e de sensibilidade (limites não-estatísticos). Os limites são apresentados pelos signatários de limites apropriados e pré-estabelecidos e são, também, apresentados ao Comitê de Risco do Brasil ("BRC") e à Diretoria.

Seguem dados quantitativos:

VaR 95% do Conglomerado J.P.Morgan

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Fator de risco	30.583	12.080
Moeda estrangeira & taxa de juros	10.565	2.340
Renda variável	(10.705)	(1.708)
Efeito diversificação	30.443	12.712

Relatório de risco de mercado - exposição

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Fator de risco	441	107
Juros Pré	(332)	(354)
Inflação	(46)	(222)
USD	(186)	209
USD - On	(247)	(161)
Outros	(183.271)	(134.523)
USD	(10.456)	(10.216)
JPY	(87.556)	(34.975)
EUR	(1.107)	(187.764)
GBP	(2.745)	(19.617)
Outras	(259.676)	(217.263)

Resultado dos Testes de Stress

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Cenário	332.635	332.635
<i>Bond Sell Off</i>	(83.067)	98.820
<i>Cmtdy Sell Off</i>	(57.159)	13.181
<i>Credit Crisis</i>	4.096	69.516
<i>Basis</i>	(213.532)	49.156
<i>EM Sell Off</i>	77.070	277.649
<i>Equity Collapse</i>	(63.234)	62.194
<i>EURO Zone</i>	(96.564)	62.194
<i>Gen. Recovery</i>	104.880	(641)
<i>Inflation</i>	(264.987)	(21.833)
<i>Oil Crisis</i>	(72.147)	221.406
<i>USD Crisis</i>	(167.996)	(162.495)

Cenários:

- *Bond Sell Off* é representado por uma crise deflagrada por uma mudança na política monetária nos EUA para contracionista ("hawkish").
- *Commodities Sell Off* é representado por uma crise decorrente de queda abrupta nos preços de *commodities*.
- *Credit Crisis* é representado por uma instabilidade política nos países emergentes gerando fuga de recursos destes mercados para o mercado americano e europeu.
- *Basis* é representado pela expectativa de que um ou mais dealer precise sair de suas posições mais líquidas e o mercado agindo preventivamente a esses fluxos unilaterais.
- *Emerging Markets Sell Off* é representado por uma crise severa em mercados emergentes e fuga de capitais para mercados desenvolvidos.
- *Equity Collapse* é representado por uma reversão abrupta no mercado de ações após um longo e sustentado período de aquecimento do mercado global.
- *EURO Zone* é representado por uma crise deflagrada por fuga de capitais dos seguintes países da União Européia: Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália.
- *General Recovery*: neste cenário os mercados estão positivos globalmente e se observa uma venda moderada de títulos da dívida de países desenvolvidos e pequena desvalorização de metais preciosos.
- *Inflation* é similar ao *Bond Sell Off*, no entanto a crise é deflagrada por alta inesperada da inflação nos EUA.
- *Oil Crisis* é representado por um choque específico no mercado de petróleo, desencadeado por uma deterioração aguda da estabilidade geopolítica no Oriente Médio.
- *USD Crisis* é representado por uma crise deflagrada por desvalorização significativa do dólar em relação às outras moedas do G10.

5. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Disponibilidades	36.185	40.031
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas	55.537.475	31.094.745
Posição bancada	50.514.901	23.590.736
Posição financiada	3.790.973	7.341.853
Posição vendida	1.231.598	162.156
Aplicações em moeda estrangeira	2.597.547	135.048
Total	58.171.207	31.269.824

6. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado em Dezembro de 2020	Valor de mercado em Dezembro de 2019
Títulos para negociação	21.815.781	177.749	21.993.530	3.873.589
Carteira própria	12.213.202	134.025	12.347.227	1.378.856
LFT	14.187	(200)	13.987	110.235
LTN	9.156.613	47.879	9.204.492	1.076.243
NTN-B	417.804	10.644	428.448	99.492
NTN-F	2.413.038	68.336	2.481.374	24.211
Ações	211.560	7.366	218.926	68.675
Vinculados a prestação de garantias	9.602.579	43.724	9.646.303	2.494.733
LFT	520.066	(393)	519.673	458.007
LTN	7.814.139	4.794	7.818.933	349.140
NTN-B	1.041.279	28.588	1.069.867	738.047
NTN-C	101	4.786	4.887	4.224
NTN-F	-	-	-	640.499
Cotas de fundos de investimentos	51.319	-	51.319	50.199
Ações	175.675	5.949	181.624	254.617
Títulos disponíveis para venda	1.550.043	(4.975)	1.545.068	759.582
Carteira própria	1.550.043	(4.975)	1.545.068	759.582
LTN	796.500	650	797.150	-
Debêntures	753.543	(5.625)	747.918	759.582
Total da carteira de TVM	23.365.824	172.774	23.538.598	4.633.171

(b) Composição por prazos de vencimentos dos papéis

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	218.926	445.844	3.643.598	8.301.960	1.281.967	13.892.295
Vinculados a prestação de garantias	232.943	7.635.257	142.693	510.490	1.124.920	9.646.303
Total da carteira - dezembro de 2020	451.869	8.081.101	3.786.291	8.812.450	2.406.887	23.538.598
Total da carteira - dezembro de 2019	373.491	134.308	959.446	1.845.264	1.320.662	4.633.171

7. Instrumentos financeiros derivativos: O Conglomerado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal Dezembro de 2020	Valor nominal Dezembro de 2019
Operações de swaps	1.981.650	7.215.305	60.899.149	40.435.177
Taxa de juros	228.233	151.735	16.667.557	12.166.526
Moeda	582.679	2.141.645	8.997.118	6.518.270
Outros	1.203.236	4.905.230	35.234.474	21.750.381
Ajustes prudenciais ¹	(32.498)	16.694	-	-
Operações com opções	2.239.401	2.354.227	46.176.204	38.902.273
Compra de opção:	2.239.401	-	23.500.665	19.418.095
Compra de dólar	1.623.335	-	8.081.331	7.208.562
Compra de índice de ação	111.731	-	3.189.749	4.575.861
Compra de ação	171.509	-	2.314.035	994.165
Compra de <i>commodities</i>	51.353	-	185.795	398.863
Venda de dólar	208.497	-	3.835.917	1.858.651
Venda de índice de ação	52.352	-	4.925.504	3.085.806
Venda de ação	21.530	-	717.281	761.175
Venda de <i>commodities</i>	1.019	-	251.053	535.012
Ajustes prudenciais ¹	(1.925)	-	-	-
Venda de opção:	-	2.354.227	22.675.539	19.484.178
Compra de dólar	-	1.542.210	8.339.306	5.380.552
Compra de índice de ação	-	234.292	4.177.542	4.816.087
Compra de ação	-	251.201	2.549.982	1.364.622
Compra de <i>commodities</i>	-	51.350	185.795	398.863
Venda de dólar	-	208.276	3.758.684	2.699.227
Venda de índice de ação	-	24.604	2.723.910	3.808.026
Venda de ação	-	41.107	689.267	481.789
Venda de <i>commodities</i>	-	1.019	251.053	535.012
Ajustes prudenciais ¹	-	168	-	-
Operações com futuros	87.491	281.821	188.854.505	62.018.189
Posição comprada	27.031	252.435	99.080.854	41.350.740
Cupom cambial - DDI	-	214.712	68.557.513	14.729.414
DI de 1 dia	2.648	12	8.689.011	13.482.214
Moedas	-	7.972	2.707.688	5.362.929
Cupom IPCA	24.184	640	9.934.035	7.030.229
Índice de ação	199	29.099	9.192.607	745.954
Posição vendida	60.460	29.386	89.773.651	20.667.449
Cupom cambial - DDI	40.218	18.511	49.724.290	3.371.044
DI de 1 dia	589	10.812	39.614.610	16.582.739
Moedas	18.901	63	212.627	37.901
Cupom IPCA	-	-	-	130.211
Índice de ação	752	-	222.124	545.554
Operações a termo	98.115	98.245	98.118	116.329
Posição comprada - títulos	55.688	55.691	55.691	54.873
Posição vendida - títulos				

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para fins de cumprimento da Resolução 4.636 do CMN o Conglomerado verificou que não houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

b) Remuneração da administração: Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários do Conglomerado. A despesa no período com a remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Salários e encargos.....	21.467	24.957
Participação nos lucros e gratificações	38.840	59.572
Encargos sobre gratificações	13.586	26.826
Planos de aposentadoria e pensão.....	832	1.081
Outros benefícios	1.577	1.663

19. Benefícios

(a) Fundo de pensão: O Conglomerado é patrocinador da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício, o Conglomerado contribuiu com R\$ 17.664 (dezembro de 2019 – R\$ 18.636) para o Fundo.

(b) Unidade de ações restritas: Os funcionários elegíveis do Conglomerado participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue das instituições desse Conglomerado por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	Dezembro de 2020	
	Quantidade de ações	Valor em Dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2020	293.749	29.355
Ações outorgadas durante o período (<i>granted</i>).....	95.673	13.121
Ações entregues no período (<i>vested</i>)	(141.411)	(13.772)
Transferência/saída de funcionários.....	(37.054)	(4.414)
Ações em circulação em 31/12/2020.....	210.957	24.290
	Dezembro de 2019	
	Quantidade de ações	Valor em Dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2019	386.909	32.515
Ações outorgadas durante o período (<i>granted</i>).....	141.758	14.329
Ações entregues no período (<i>vested</i>)	(213.847)	(15.282)
Transferência/saída de funcionários.....	(21.071)	(2.207)
Ações em circulação em 31/12/2019.....	293.749	29.355

Em 2020 não foi registrado aumento patrimonial em função da existência do acordo com a matriz (Nota 3 (i)). Em 2019 foi registrado um aumento patrimonial no valor de R\$ 3.007 em decorrência de tal acordo. O valor do passivo em 31 de dezembro de 2020, incluindo encargos sociais, é de R\$ 203.450 (dezembro de 2019 – R\$ 183.198). Em virtude desse programa a despesa registrada no exercício é de R\$ 72.068 (dezembro de 2019 – R\$ 120.298), incluindo os encargos sociais.

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO		
Azarias de Castro Feitosa Junior	Flávia Rocha Lima de Almeida Prado	Pedro Carlos Ramos Ribeiro Junior
Daniel Costa Barreto	Jorge Constantino Bernardes dos Santos	Pedro Clark Juliano
Daniel Darahem de Souza Coelho	Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Profili	Renata Fracaroli Vilanova Lobo
Daniel de Moraes e Silva Granja	Luiz Fernando Tanus Gambale	Roberto Jorge Cozzari
Decio Ramos Porchat de Assis	Marcelo Silveira Barbosa	
Fabio Jorge Resegue	Monica de Deus Leopoldino	

DIRETOR-PRESIDENTE Daniel Darahem de Souza Coelho
DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE Jorge Constantino Bernardes dos Santos
CONTADORA Lucila Parize Moraes Stolf Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco J.P. Morgan S.A. ("JP Morgan Chase - Conglomerado Prudencial" ou "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução no 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis" e Nota 3 - "Principais práticas contábeis".

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco J.P. Morgan S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução no 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis" e 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis", que divulga que:

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução no 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis individuais para fins gerais

O Banco J.P. Morgan S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 23 de março de 2021.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução no 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis" e 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

20. Outras informações:

(a) O total de fundos e carteiras administrados monta a R\$ 16.776.564 (dezembro de 2019 – R\$ 21.761.231).

(b) Fianças, avais, coobrigações e outras garantias prestadas a clientes montam a R\$ 1.697.717 (dezembro de 2019 – R\$ 2.346.448). O montante referente à provisão sobre risco de crédito de garantias prestadas é de R\$ 254 (dezembro de 2019 – R\$ 4.104).

(c) "Receitas de prestação de serviços" referem-se, principalmente, a administração de fundos de R\$ 93.175 (dezembro de 2019 – R\$ 83.984), receita de comissão de colocação de títulos no mercado no valor de R\$ 201.338 (dezembro de 2019 – R\$ 204.258), rendas de corretagem sobre operações realizadas na B3 no valor de R\$ 307.746 (dezembro de 2019 – R\$ 286.415), rendas de serviços de assessoria técnica no valor de R\$ 16.109 (dezembro de 2019 – R\$ 26.670), rendas de serviços prestados no exterior no valor de R\$ 290.696 (dezembro de 2019 – R\$ 293.970) e serviços de custódia R\$ 61.879 (dezembro de 2019 – R\$ 67.542).

(d) "Outras despesas administrativas" referem-se as principais contas apresentadas no quadro abaixo:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Despesas de serviços com o sistema financeiro	118.730	93.430
Despesa com serviços de terceiros	47.305	40.542
Despesas com viagens	5.972	18.291
Despesas com sistemas e tecnologias	17.312	16.159
Despesas com manutenção e conservação.....	7.463	6.747
Despesas de comunicação	17.892	12.480
Despesas com aluguel	13.448	12.194
Despesas de depreciação e amortização	17.322	16.575
Despesas diversas	42.819	33.261
Total	288.263	249.679

(e) "(Despesas) / reversões de provisões para contingências" referem-se a despesas com provisão para passivos contingentes e obrigações legais de naturezas fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, no valor de R\$ 13.745 (dezembro de 2019 – R\$ 14.509).

(f) Composição de "Outros resultados operacionais"

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Outros resultados operacionais	23.137	23.248
Reversão de provisões operacionais.....	539	5.184
Atualização de depósitos judiciais.....	12.403	27.968
Outras.....	10.195	(9.904)

(g) As "Participações no lucro" referem-se ao provisionamento das participações dos funcionários nos resultados do Conglomerado. (h) Durante o exercício de 2020, o Conglomerado registrou R\$ 22.527 de resultados não recorrentes, relacionados recuperação de crédito. Em 2019 não houve registro de resultados não recorrentes.

A definição dos saldos de resultado não recorrente seguem os critérios definidos pela Resolução nº 2 do BACEN, que são: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

(i) Conforme estabelecido na Resolução nº 3.263, o Conglomerado possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução no 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2021.

 PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o "Conglomerado"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por três membros, todos eles diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 31 de dezembro de 2020, destacam-se: a. a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes; b. a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Conglomerado e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Conglomerado as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela administração do Conglomerado, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras, o estabelecimento de

políticas internas e seu monitoramento, o processo de autoavaliação de controles pelas diversas áreas do Conglomerado, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela auditoria interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 23 de março de 2021.